

Paraíso e inferno na Amazônia legal

* **Ariovaldo Umbelino de Oliveira**
(Dept^o de Geografia - USP)

*"Quanto mais eu ando mais vejo estrada,
Mas se eu não caminho não sou é nada..."*

(Geraldo Vandré)

I - A "MARCHA PARA O OESTE" CONTINUA

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira.

Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no seio da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.

Quer através dos projetos de colonização oficial ou particulares, ou mesmo simplesmente através da abertura das posses, os camponeses e demais trabalhadores procuram, ainda que conjuntamente, romper com o processo de expropriação a



que estão submetidos. Abrem luta contra tudo e contra todos na caminhada pela reconquista da terra para o trabalho livre.

Nesse aspecto estrutural, o Estado e o capital privado sempre deram as mãos. O capital privado, através da venda da terra aos camponeses, procura, por um lado, realizar, extrair a renda da terra e, por outro, simultaneamente, ir formando os "viveiros de mão-de-obra" para seus projetos de exploração capitalista da terra. O Estado, por sua vez, tem ficado com a tarefa de buscar conter as tensões sociais e, nesse processo, tem feito dos projetos de colonização "válvula de escape" das áreas de tensão social. Assim tem sido historicamente a "marcha para o Oeste" e a colonização na fronteira.

Entretanto, nesta etapa recente da ocupação da Amazônia encontramos uma característica específica que se expressa no corte monopolista do processo.

A economia brasileira, que se internacionalizou nos últimos 30 anos, passou a requerer da agricultura a elevação das taxas de produtividade. Para que isto fosse possível, transformações nas relações de produção e de trabalho ocorreram. O trabalho assalariado (bóia-fria) expandiu-se pelo país todo, ao mesmo tempo que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico.

Contraditoriamente, o campo brasileiro do final dos anos 50 e início dos anos 60 estava sendo sacudido pelos movimentos populares de luta pelo acesso à terra. Do Nordeste ao Sul, os trabalhadores rurais faziam da luta seu instrumento de conquista da terra que estruturalmente o desenvolvimento capitalista no campo lhes tinha negado.

Os governos militares procuram "administrar" esta contradição e, ao mesmo tempo, aprofundá-la. Reprimiram os movimentos populares e deram todo apoio aos investimentos incentivados no campo. Transformaram, neste processo, os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários através do programa de incentivos fiscais da

Sudam para os projetos agropecuários na Amazônia.

Políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a este processo tais como: PIN - Programa de Integração Nacional (com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém), Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoeste, entre outros.

II - OS MIGRANTES CAMINHAM...

O estado de Mato Grosso ocupou posição privilegiada neste processo, pois foi contemplado com recursos de todos estes programas governamentais. Por isto, constituiu-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização privada do país. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estejam no estado.

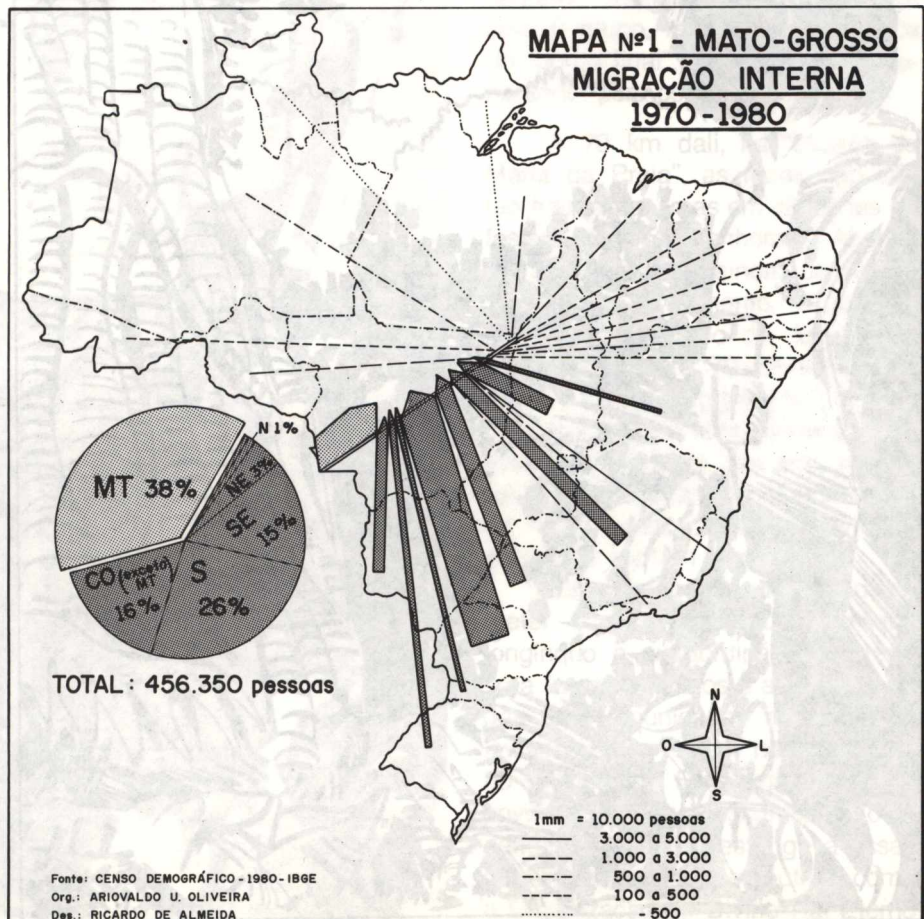
Mas, onde foram estes empresários dos projetos de colonização privada buscar "clientes" para comprar terras no norte-matogrossense?

A resposta: no centro-sul do Brasil, onde as transformações nas re-

lações de produção, via "modernização" da agricultura, abria a necessidade histórica de novo processo migratório para os filhos de camponeses destas regiões.

O mapa a seguir procura mostrar que 57% dos migrantes da década de 70 que foram para o Mato Grosso, eram provenientes do centro-sul do país, especialmente do Paraná que contribuiu com mais de 21% deste contingente (97.000 pessoas). No total, mais de 456.000 pessoas migraram no e para o estado de Mato Grosso. Este processo migratório fez com que a população do estado crescesse 86% entre 1970 e 1980 e tenha, hoje, uma previsão de crescimento entre 1980 e 1990 de mais de 90%. Dessa forma, a migração interna tem no estado de Mato Grosso uma de suas bases de atração. Pelo Censo Demográfico de 1980, de um total de 632.000 pessoas não naturais do município onde moravam, mais de 72% estavam lá há menos de 9 anos.

Esta é mais uma característica do



corte monopolista do atual processo de colonização: o deslocamento rápido de grandes contingentes populacionais. A maioria das empresas de colonização aproveitou-se e montou escritórios de representação no Sul do país, sobretudo no norte e oeste paranaense (Maringá, Cianorte, Umuarama, Assaí etc).

III - A GRILAGEM E A TOMADA DAS TERRAS INDÍGENAS

Este processo de ocupação do norte-matogrossense, assentado na abertura dos projetos agropecuários e nos projetos de colonização privados, teve sua base na grilagem das terras e em verdadeiros massacres de nações indígenas inteiras.

A maioria dos povos indígenas daquele estado teve suas terras griladas e tomadas à força pelos grupos econômicos e especuladores que, lançando mão de documentos falsos (certidões ou declarações atestando a não existência de índios e ou posseiros), foram obtendo títulos de terras dos vários governos do estado do Mato Grosso. Qualquer pesquisa elementar nos documentos de titulação de terras daquele estado (ainda hoje) atesta a imensidão de documentos falsos presentes nos processos. Entretanto, o ponto alto do expediente da grilagem das terras indígenas está na figura do procurador. Este, munido de procurações muitas vezes falsas, obtinha títulos de áreas contíguas, burlando assim a Constituição Federal que impedia a venda sem prévia autorização do Senado de área superior a 10.000 hectares (1946) e 3.000 hectares (1967).

Mas o governo matogrossense incumbiu-se, em 1973, de pedir autorização ao Senado Federal para vender 2.000.000 de hectares de terras em Aripuanã, um município sabidamente indígena. Este é um dos muitos episódios das falcatruas existentes no Mato Grosso, pois era cláusula contratual que se a empresa que adquirisse as terras não implantasse no prazo de 5 anos (até 1978 portanto) os referidos projetos, as terras voltariam para o patrimônio público. Entre as empresas que adquiriram

terras estavam: Rendanyl (depois Otsar) 1.000.000 ha; Indeco (Ariosto da Riva) 400.000 ha; Colniza (grupo Lunardelli) 400.000 ha; e Juruena (João Carlos Meirelles) 200.000 ha. Destas, apenas a Indeco implantou projeto de colonização em tempo hábil. As demais, ao contrário, pouco ou nada fizeram. Entretanto, as terras não retornaram ao patrimônio público. Inclusive, durante o governo do general Figueiredo, as terras da Otsar passaram para a Cotriguaçu numa operação fraudulenta visando posterior repasse para a multinacional Sharp (o famoso episódio da queda do ministro Amaury Stabile - funcionário e acionista daquela multinacional). No frígido dos ovos, a referida quantia de um milhão de hectares foi sendo remanejada e hoje está assim redistribuída: 400.000 ha com a Cotriguaçu, 400.000 ha com a Juruena de João Carlos Meirelles e 200.000 ha com a Indeco de Ariosto da Riva.

Os povos indígenas foram sendo destruídos com a tomada de seus territórios e, gradativamente, tiveram

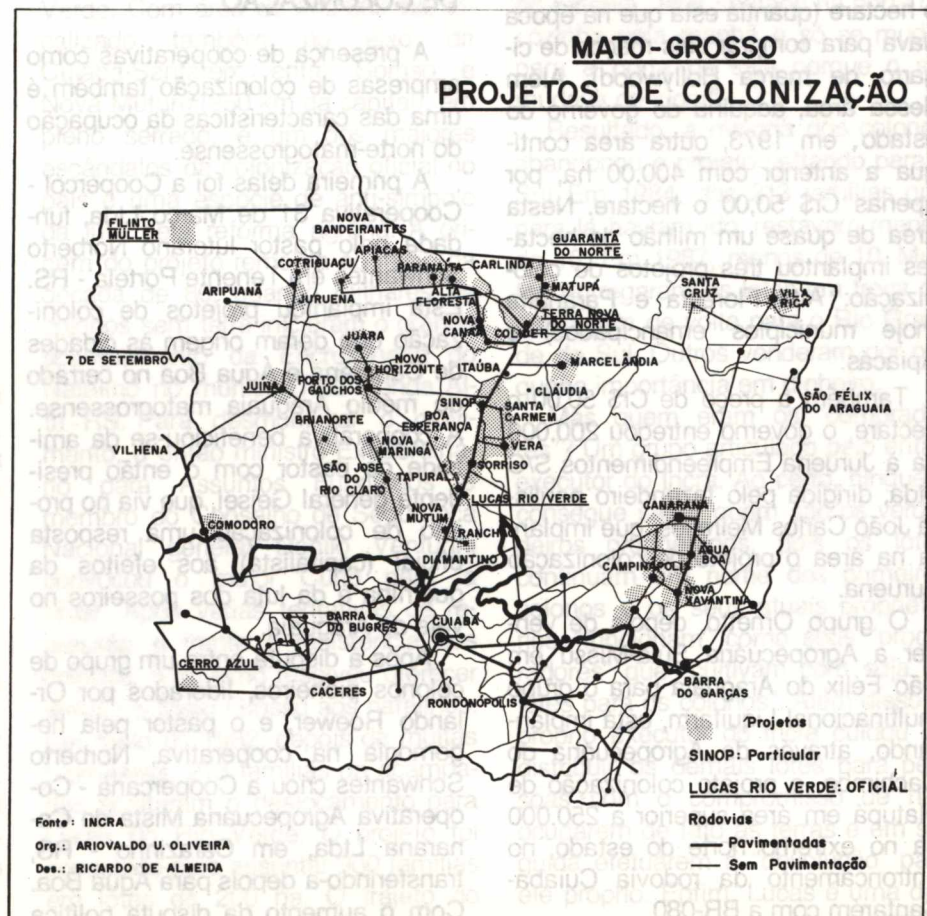
que marchar para o confinamento das reservas e parques. Genocídios e etnocídios de nações e povos foram se sucedendo. Era o capital aprisionando os indígenas no espaço-prisão das reservas através da apropriação violenta de seus territórios.

Griladas as terras, passaram os "Bandeirantes do século XX", como se autodenominam, a iniciar seus projetos privados agropecuários e de colonização. O mapa a seguir mostra a localização dos projetos de colonização no norte-matogrossense.

IV - OS LATIFÚNDIOS NAS MÃOS DAS COLONIZADORAS PRIVADAS

O Incra autorizou cerca de 36 empresas privadas de colonização para operarem no estado de Mato Grosso. Estas empresas, através da grilagem ou do recebimento das terras a preços simbólicos, implantaram mais de meia centena de projetos de colonização.

A Conomalt - Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A, de pro-



priedade dos Irmãos Mayer de Santa Rosa - RS, colonizou a gleba Arinos com mais de 240.000 hectares e lá fundou Porto dos Gaúchos.

A Incol - Imóveis e Colonizadora Ltda (família Briante) divulga, em seus folhetos de propaganda, o fato de ter colonizado área superior a 1 milhão de hectares e fundado as cidades de São José do Rio Claro e Brianorte.

A Colonizadora Sinop S/A de propriedade de Ênio Pepino (que ainda hoje atua no norte e oeste do Paraná) implantou na gleba Celeste, com 650.000 hectares no eixo da Cuiabá-Santarém, quatro cidades: Sinop, Vera (hoje municípios emancipados), Santa Carmem e Cláudia. Também uma usina para a produção de álcool de mandioca foi implantada no projeto mas até hoje não conseguiu atingir produção satisfatória.

A Indeco S/A - Integração, Desenvolvimento e Colonização, de propriedade de Ariosto da Riva (ex-sócio do grupo Ometto na Agropecuária Suiá-Missu), diz ter adquirido 500.000 ha da gleba Raposo Tavares em 1971 pelo preço de Cr\$ 15,00 o hectare (quantia esta que na época dava para comprar seis maços de cigarro de marca Hollywood). Além dessa área, adquiriu do governo do estado, em 1973, outra área contígua a anterior com 400.00 ha, por apenas Cr\$ 50,00 o hectare. Nesta área de quase um milhão de hectares implantou três projetos de colonização: Alta Floresta e Paranaíta (hoje municípios emancipados) e Apiacás.

Também a preço de Cr\$ 50,00 o hectare, o governo entregou 200.000 ha à Juruena Empreendimentos S/C Ltda, dirigida pelo fazendeiro paulista João Carlos Meirelles, que implanta na área o projeto de colonização Juruena.

O grupo Ometto, depois de vender a Agropecuária Suiá-Missu em São Félix do Araguaia para o grupo multinacional Liquifarm, está implantando, através da Agropecuária do Cachimbo, o projeto colonização de Matupá em área superior a 250.000 ha no extremo norte do estado, no entroncamento da rodovia Cuiabá-Santarém com a BR-080.

O grupo Hebert Levy, através da Mutum Agropecuária Ltda, implanta no seio do cerrado matogrossense, ao longo da Cuiabá-Santarém, o projeto Nova Mutum em área superior a 100.000 ha. Próximo ao projeto Nova Mutum está a Colonizadora Sorriso Ltda implantando, em área também de mais de 100.000 ha, o projeto de colonização Sorriso, hoje município emancipado.

A Colonizadora Vila Rica de Minas Gerais implanta, no extremo nordeste do estado, no vale do Araguaia, próximo à divisa do Pará, o projeto Vila Rica (hoje também município emancipado) com área superior a 100.000 ha.

Já a Colonizadora Lider que implantou Colider e Nova Canaã (também municípios emancipados), grilou terras da União e vendeu a colonos do sul do país três vezes mais terras do que possuía. Aos proprietários nada aconteceu, pois o Incra tomou para si a tarefa de regularizar a titulação das terras.

V - COOPERATIVAS TORNAM-SE EMPRESAS "PRIVADAS" DE COLONIZAÇÃO

A presença de cooperativas como empresas de colonização também é uma das características da ocupação do norte-matogrossense.

A primeira delas foi a Coopercol - Cooperativa 31 de Março Ltda, fundada pelo pastor luterano Norberto Schwantes em Tenente Portela - RS. Esta implantou projetos de colonização que deram origem às cidades de Canarana e Água Boa no cerrado do médio Araguaia matogrossense. A cooperativa beneficiou-se da amizade do pastor com o então presidente general Geisel, que via no projeto de colonização uma resposta oficial (capitalista) aos efeitos da guerrilha e da luta dos posseiros no vale do Araguaia.

Após a disputa entre um grupo de colonos pioneiros, liderados por Orlando Roewer, e o pastor pela hegemonia na cooperativa, Norberto Schwantes criou a Coopercana - Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda, em Carazinho - RS, transferindo-a depois para Água Boa. Com o aumento da disputa política

pelas cooperativas, o pastor abandonou-as e cria em sociedade com o funcionário do Incra na região, Sérgio Bertone, a sua própria empresa privada de colonização, a Conagro - Colonização e Consultoria Agrária S/C Ltda. Esta empresa colonizou na região mais de 200.000 hectares de terras.

Com a tomada do poder na Coopercana pelo grupo liderado por Orlando Roewer, trataram de encerrar as atividades da Coopercol e ainda com a proteção governamental e após sucessivas crises e falências, o próprio governo federal chamou a Coopercana para dirigir e implantar o projeto de colonização de Terra Nova. Como se sabe está projeto visava assentar no norte-matogrossense (a 650 km de Cuiabá no eixo da Cuiabá-Santarém), os colonos acampados que haviam sido expulsos da reserva indígena de Nonoai no Rio Grande do Sul. O projeto Terra Nova, implantado em área de mais de 200.000 ha, conheceu rapidamente problemas particularmente relacionados com a malária e com a distância dos centros consumidores do país. Assim, o projeto passou a se constituir numa espécie de marco para o processo de retorno dos gaúchos que foram transferidos do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. O início do processo de retorno, que já se manifestava em Sinop e Canarana, teve em Terra Nova o seu auge. Estudos recentes mostram que menos de 15% dos colonos pioneiros ficaram no projeto. Terra Nova recentemente emancipou-se, tornando-se município.

Mais tarde, na própria esteira da Coopercana, a Cotrel - Cooperativa Tríticola de Erechim Ltda implantou o projeto Peixoto Azevedo em parceria com o Incra em área de 100.000 ha. Também a Cotriguaçu iniciou projeto de colonização em área de 400.000 ha em Aripuanã e a CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia e Incra implantaram em Alta Floresta o projeto Carlinda em área de quase 100.000 ha. A Coomajul - Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda instalou também, no município de Nobres, o projeto de colonização Ranção.

VI - PARA COMPLETAR OS ESCÂNDALOS O ESTADO ENTRA EM CENA

O estado de Mato Grosso, paraíso das colonizadoras privadas e das empresas agropecuárias, não tem sido área de atuação dos governos estadual e federal no que se refere à colonização nas últimas décadas.

Entretanto, o governo estadual, através da Codemat - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A, implantou o projeto Juína (município já emancipado) em área de mais de 400.000 ha em terras sabidamente dos índios Salumã, Cinta-Larga e Erikibaktsa (hoje em reservas). Este fato faz com que constantes conflitos entre colonos e nativos venham ocorrendo na região. Além deste, um segundo projeto do governo estadual foi implantado; trata-se do projeto Pannels com área de mais de um milhão de hectares, localizado em Aripuanã.

A atuação da Codemat em Juína esconde muitos escândalos e violência, mas o maior deles envolve a ocorrência de diamante na área. Uma empresa multinacional já opera no vale do Juruena extraindo diamante do cascalho do fundo do rio. Ao que se comenta na cidade, altos funcionários da Codemat, entre eles um parente próximo do ex-governador Julio Campos, teriam ficado com os lotes onde o mineral ocorre.

O governo federal, através do Inbra, tem praticamente dois grandes projetos de colonização no estado. No primeiro grande projeto, localizado no eixo da Cuiabá-Santarém, na porção do extremo norte do estado, já na divisa com o Pará, nasceu a cidade de Garantã do Norte, hoje emancipada. Garantã do Norte conheceu dois projetos do Inbra implantados em terras dos índios gigantes Kren-Akarore que quase foram dizimados no primeiro contato com os trabalhadores que abriam a estrada. Mais tarde foram transferidos para o Parque do Xingu. O PAC - Peixoto Azevedo com 120.000 ha, executado em convênio com a Cotrel - Cooperativa Triticola de Erexim Ltda, visou transferir colonos do sul do Brasil (áreas de tensão) para a re-

Foto: Ariovaldo Umbelino



Colonização em Alta Floresta

gião. Já o projeto Braço Sul (105.000 ha) visou regularizar a situação fundiária de posseiros da região e assentar 500 famílias de brasiguaios que viviam no Paraguai em terras que foram inundadas pela represa de Itaipu.

O segundo grande projeto do Inbra no Mato Grosso é Lucas do Rio Verde. Com área de 240.000 ha, localizado também no eixo da Cuiabá-Santarém entre Sorriso e Nova Mutum (250 km da capital), em pleno serrado, é um dos maiores escândalos da colonização oficial no país e uma espécie de anti-símbolo da luta pela reforma agrária. A origem do projeto remonta ao início da década de 80, quando milhares de colonos sem terra iniciaram o grande acampamento da Encruzilhada do Natalino no município de Ronda Alta-RS. Para desmobilizar o movimento, o então ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e membro do Conselho de Segurança Nacional general Danilo Venturini convocou o major Curió para lá atuar. Após várias tentativas de repressão e frente à resistência dos colonos, o governo resolveu oferecer terras no Mato Grosso aos natalinos. Em maio de 1982, depois de muitas promessas, 213 famílias de acampados aceitaram o deslocamento para Lucas do Rio Verde. O projeto foi concebido para assentar 900 famílias em lotes de 200 ha. O trajeto do

escândalo tem passagens fantásticas. O primeiro executor do Inbra no projeto (ligado a grupos políticos de Cuiabá) passou a articular junto a um dos maiores posseiros da área (os posseiros existentes na área receberam lotes do Inbra) e com o então gerente do Banco do Brasil em Diamantino, uma verdadeira "arapuca" para os colonos recém-chegados ao projeto. Como o governo queria fazer do projeto "efeito demonstração" aos natalinos que continuavam acampados, abriu crédito em proporção superior ao que seria necessário para desapropriar e fazer a reforma agrária no próprio estado do Rio Grande do Sul para os acampados. Dessa forma, os colonos chegando ao Inbra, em Lucas, eram enviados a Diamantino para obterem os financiamentos. O gerente do banco agindo "por fora" avisava os colonos para contratarem os serviços da "empresa de trabalhos agrários" controlada pelo ex-posseiro. A partir daí a "empresa" destocava o terreno, arava, plantava, pulverizava, colhia e vendia", depois "recebia o pagamento do próprio banco". Ao colono restava "ficar sentado na porta da cozinha pela manhã e só se mudar para a porta da sala porque o sol mudava de lugar".

Resultado, a maioria dos colonos abandonou o projeto voltando para o Sul. Em 1984, das 213 famílias que para lá haviam ido, restavam menos de 18. Em 1987, menos de 10. Muitos entregaram os lotes em troca da passagem de volta para o Rio Grande do Sul. Outros venderam por pequena importância em dinheiro.

Mas quem eram os "compradores"? Um grupo articulado pelo então executor do Inbra. Ao certo, ninguém consegue saber quem são os verdadeiros proprietários, pois os lotes continuam em nome dos primeiros colonos e os seus atuais proprietários "funcionam" como seus "procuradores" que "cultivam com soja os lotes para os colonos". Além disso, o próprio executor do Inbra cuidou de distribuir os demais lotes para pessoas com o compromisso de não ocuparem de fato as terras e em seguida efetuarem a "devolução" para ele próprio. Enfim, Lucas é uma das

grandes falcatruas da colonização oficial e há quem diga por lá que há "gente grande de Brasília no meio da muamba".

Segundo a legislação em vigor, o Incra pode anular a concessão dos títulos que são provisórios. Entretanto, o agora ex-executor do Incra, demitido do cargo por processo administrativo, já partiu para a articulação política criando o diretório do PMDB em Lucas e apoiando o atual governador eleito Carlos Bezerra. Em troca pede, simplesmente, a "anistia" para tudo o que ocorreu em Lucas do Rio Verde. Conclusão: estamos próximos de uma oficialização deste escândalo.

Mas a luta dos Sem Terra também chegou a Lucas. Lá no longínquo cerrado matogrossense nasceu o primeiro acampamento dos Sem Terra do Mato Grosso, hoje transformado em uma associação que luta pela reforma agrária em um projeto de colonização do governo federal.

VII - A FEBRE DO OURO INVADE OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

A descoberta de ouro em garimpos na porção norte do estado de Mato Grosso fez com que, a partir do final da década de 70, autêntica corrida para os garimpos ocorresse dentro dos próprios projetos de colonização. Foi assim que Guarantã do Norte, Matupá, Terra Nova e Colider tiveram que aprender a conviver com os garimpos do rio Peixoto Azevedo, e rio Teles Pires. Foi assim também, que Carlinda, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás tiveram que conviver com os garimpos fechados do município de Alta Floresta, "onde ninguém entra ou sai sem controle".

Aliás, os garimpos de Alta Floresta são famosos, pois ao que se sabe, Ariosto da Riva, proprietário da colonizadora Indeco, sabia desde 1972 da ocorrência do ouro em suas terras. Mas foi no final de 1978 que a notícia se espalhou através de dois garimpeiros que penetraram na área vindos do Pará pelo rio Juruena. Como consequência, uma avalanche de garimpeiros ocorreu para a região



Acampamento de Sem Terras



A presença do garimpo e o comércio do ouro

e outra grande parte dos colonos deixou a agricultura em busca da aventura no garimpeiro. A violência passou a fazer parte do cotidiano do projeto, e a tentativa do "enriquecimento fácil" tomou conta das cidades de Paranaíta e Alta Floresta. Estima-se que mais de 300 garimpeiros já foram mortos nesta disputa pelo ouro. De um lado, as empresas de mineração e a colonizadora, e do outro, como elo frágil, os garimpeiros. Desde 1978 a Indeco destacou um de seus "homens de confiança" para "administrar" os garimpos na condição de "arrendatário", tendo portanto o monopólio da compra do ouro, do transporte e do abastecimento. O ouro, segundo afirmou uma repórter do Jornal Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, que lá estiveram desde 1979, é vendido a comerciantes de São Paulo por um preço que ninguém sabe. Os hotéis da cidade (praticamente todos) são o locus privilegiado das operações de contrabando do metal.

Dessa forma, estes projetos envoltos com o garimpo são exemplos vivos da encruzilhada que vivem hoje muitos projetos de colonização na Amazônia; ou seja, entre a agricultura (além da "lavoura branca" cultivada-se café, cacau, guaraná, seringa etc.), em geral com pouca assistência dos governos, e a febre do ouro dos garimpos.

VIII - O PARAÍSO E O INFERNO

Assim a colonização no norte-matogrossense tem se constituído em um paraíso para o capital, para os especuladores e para os grileiros que

têm atuado livremente com o "apoio" do próprio governo. Verdadeiros latifúndios continuam sendo entregues "de graça" para os grandes grupos econômicos especularem com a terra.

Neste processo as primeiras vítimas foram as nações indígenas e as segundas são os trabalhadores, colonos, peões ou garimpeiros. Para eles foi reservado também um lugar na Amazônia: o inferno.

Mais uma vez a história se repete. Toda colonização traz consigo os mesmos mecanismos estruturais. Primeiro, projeta-se através dos mapas a delimitação da fração do território a ser tomada. Em seguida, todos os meios são válidos para justificar a conquista. Este processo traz em seu bojo o conflito entre etnias e ou classes ou frações de classes que sempre culminam com a domesticação cultural. "Domesticados", os novos trabalhadores da fronteira são submetidos à dominação. Dominação essa que se estrutura através das empresas de colonização e se consolida com a sua herança: a emancipação desses projetos de colonização e a sua transformação em municípios. O Estado que vai se constituindo é a expressão da dominação existente. Os proprietários das colonizadoras tomam-se os novos "coronéis da polícia local".

Em função deste processo, nas últimas décadas o Mato Grosso conheceu a criação de quase 50 novos municípios. Os mapas a seguir dão uma visão territorial dessa nova realidade do paraíso e inferno em que se tem constituído a ocupação rápida da Amazônia Legal.

